



DAS SUBJETIVIDADES À FORMAÇÃO DE PERFIS FAMILIARES: LEITURA E REPRESENTAÇÃO DAS FAMÍLIAS NOS MANUAIS DE CONDUTA ENTRE AS DÉCADAS DE 1950 E 1960.

Thalita Mariana (¹); Iranilson Buriti (²).

(Thalita Mariana Moura Ribeiro, Iranilson Buriti de Oliveira)

(Universidade Federal de Campina Grande, thalitamr@gmail.com, iburiti@yahoo.com.br)

RESUMO: O presente artigo sistematiza uma proposta de estudo que tem como principal objetivo analisar as subjetividades atribuídas à instituição familiar e neste sentido pensar como os discursos viabilizados em manuais de condutas das décadas de 1950 e 1960 formavam os perfis familiares baseados em suas normas e conselhos. Nesta perspectiva, utilizar-se-á nesta pesquisa três manuais, são eles: “Aprenda as Boas Maneiras” de Dora Maria (1961), “O Que Toda a Dona de Casa Deve Saber” de Vera Sterblitch (1958) e “Nós e Nossos Filhos” de Raimundo Beach (1969). Em termos teórico-metodológicos, as fontes serão operacionalizadas a partir da análise da produção de discursos de boas maneiras sobre a família no momento de emergência das políticas públicas do Estado Novo no Brasil, a qual os manuais emergiram como estratégias de produção de subjetividades, corpos e modelos de convivência, para instituir práticas e fazer circular saberes que visaram instituir uma “verdade” sobre o corpo e os modos através dos quais deveriam se constituir como tais. Os principais fios condutores desta pesquisa são os conceitos veiculados por Roger Chartier pertinentes à leitura e representação das fontes, pois na tessitura da história tais conceitos podem ser compreendidos como uma sequência em que o indivíduo leitor tem seu contato com a informação e dela faz ou não uso. Neste sentido, as normas e a educação dos gestos interiorizados ao longo do percurso de uma vida também podem ser apreendidos por meio de documentos e monumentos veiculadores de conhecimento, como, neste caso, manuais de conduta.

Palavras-Chave: Manuais de conduta, Família, Subjetividade, Representação.

-
- 1 Discente da Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Graduada em Bacharelado pela Universidade Federal de Campina Grande (2015). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3677148556910613>.
 - 2 Orientador da Discente. Possui graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (1994), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1997), doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2002) e pós-doutorado em História das Ciências e da Saúde na Casa de Oswaldo Cruz - Rio de Janeiro. Possui dedicação exclusiva da Universidade Federal de Campina Grande. Coordenador do Curso de Mestrado em História da UFCG. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6085569185105786>.



INTRODUÇÃO

A educação dos gestos forma parte de nossa identidade, da imagem que projetamos em detrimento aos outros, ao resto da sociedade que observa e critica. Revela opções estéticas, culturais e inclusive ideológicas, condiciona a percepção de nossas opiniões e ações pelos demais. Não somente produz e transmite valores e vínculos sociais, sendo que também os desafia ou colabora ativamente em sua configuração. Em uma conjuntura como a das décadas de 50 e 60, em um Brasil em face do progresso no Estado Novo, consolidava-se cada vez mais uma sociedade urbano industrial, sustentada por uma política desenvolvimentista que se aprofundaria ao longo dos anos³. Nesse contexto, as boas maneiras eram primordiais, pois eram de bom tom para uma nova era de progresso e ritmo frenético, inspiram elegância e etiqueta tanto nos ambientes privados quanto nos públicos⁴.

Desde o Império já se pensava no melhoramento da nação a partir da civilidade, por meio de manuais como o “Código de Bom-Tom” redigido por J. I. Roquette (1845), nele delineavam-se códigos de conduta que introduziam seus leitores nas atividades de sociabilidade da época. A sequência de manuais de boas maneiras escritos no propósito de aperfeiçoar a nação diversificara, redesenhando-se de acordo com as tessituras que a história passasse. Desta forma, em meados das décadas de 1950 e 1960, em busca do progresso almejado pelo Estado, houve uma inserção maior das mulheres em espaços públicos como os de trabalho, a partir daí delimitaram-se certas modificações na sociedade cidadina, inclusive nos perfis familiares.

Neste sentido, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁵, entre as décadas 1950 e 1960, houve um considerável aumento nos índices de escolaridade e no ingresso da figura feminina no mercado de trabalho. Daí que, como esses índices desenharam mudanças nas “novas” condições de possibilidade para a configuração dos arranjos familiares? Pois, como

3 Ver ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo, Brasiliense, 1988, 222 p.

4 A mídia também fez parte da remodelação de novos códigos culturais. O cinema, assim como revistas com “mexericos de Hollywood” reproduziam novos olhares sobre a moda, comportamento e beleza. Ver LOURO, Guacira Lopes. O cinema como pedagogia. In: LOPES, Eliane Marta; FARIA FILHO, Luciano Mendes & VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

5 Em 1940 casavam em média aos 21,7 anos, sistematicamente a partir de 1950 que essa idade passou a aumentar, partiu para 23,3 anos e logo em seguida, em 1960, para 23,8. Cf. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), censos de 1940 a 1991.



apontam estudos realizados pelo mesmo instituto, estas reconfigurações fizeram com que a figura feminina demorasse mais para casar e mesmo aquelas mulheres que optavam pela vida conjugal cedo, preferiam uniões não formais para só depois de alguns anos formalizá-las.

Em consequência disto, a partir da década de 50, também segundo o IBGE, houve um considerável declínio do número médio de pessoas por unidade familiar, visto que se nessa mesma década haviam por volta de 5,1 pessoas por família, em 1995 passa a ser 3,6 pessoas por unidade domiciliar⁶. Deste modo, uniões conjugais eram desfeitas e famílias estavam cada vez mais reduzidas em prol da perspectiva de ascensão no estilo de vida através do trabalho.

Diante de tais condições, os manuais emergiram como estratégias de produção de subjetividades, corpos e modelos de convivência associados a um objetivo maior traçado pelo Estado⁷ para instituir práticas e fazer circular saberes que visaram instituir uma verdade sobre o corpo e os modos através dos quais deveriam se constituir como tais. E logo, estes manuais passaram a fazer cada vez mais parte da vida cotidiana da sociedade brasileira⁸, vendidos em edições de bolso, portanto, não sendo de alto custo e, posteriormente, podendo ser adquiridos por parte da população letrada⁹ da época, estes manuais tinham o propósito de normalizar comportamentos concebidos como “indesejáveis” pelos mais altos níveis da sociedade citadina e torná-los bem-educados.

O presente texto tem como principal objetivo analisar como os discursos normativos de boas maneiras construíram visibilidades e dizibilidades para a família no Brasil nas décadas de 1950 e 1960. Para o desenvolvimento deste artigo foi construído um corpus documental composto por três manuais de conduta: “Aprenda as Boas Maneiras” de Dora Maria (1961), “O Que Toda a Dona de Casa Deve Saber” de Vera Sterblitch (1958) e “Nós e Nossos Filhos” de Raimundo Beach (1969).

6 Fonte: Fundação IBGE, censos de 1950 a 1991; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADs) de 1984 e 1995.

7 Pois a partir do Estado Novo (1937-1945) as políticas públicas que passaram a ser desenvolvidas pelo estado tiveram no corpo um dos seus principais temas e objetos de análise, definição e controle. Ver COSTA JÚNIOR, José dos Santos. **Gramáticas do poder e políticas do corpo**: Uma análise dos discursos de proteção e assistência à infância na Paraíba em 1948 [trabalho de conclusão de curso]. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, Curso de História, Centro de Humanidades; 2015.

8 Desde os fins da colônia já se tem notícias desses manuais na América Portuguesa. Ver o livro FONSECA, T. N. de L. **Letras, ofícios e bons costumes**: Civilidade, ordem e sociabilidade na América Portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

9 Especificamente para aqueles que admitiam os códigos, visto que a leitura era socializada, subjetivada, não quer dizer que era sempre aceita.



“Aprenda as Boas Maneiras” é um manual cujo público é “genuinamente popular”¹⁰, sem delimitações de gênero ou até mesmo de idade, a busca da autora é que o manual seja utilizado várias vezes ao dia pelos seus leitores desde que o necessitem em “suas atribuições no lar ou fora dele”¹¹. “O Que Toda a Dona de Casa Deve Saber”, por outro lado, é um livro especificamente escrito para o público feminino cujo cotidiano está direcionado às atividades do lar, e apesar de em nenhum momento a autora falar de classes sociais, capítulos direcionados a limpeza de artigos de luxo presentes na casa, nos faz acreditar que trata-se de um manual direcionado às famílias mais abastadas. Enquanto que, “Nós e Nossos Filhos” fora escrito para a família tradicionalmente cristã, nele há recomendações de como cada membro da família deveria se portar com base nos ensinamentos cristãos em diversas situações corriqueiras do cotidiano familiar. Pretendemos, conseqüentemente, ler esta sociedade mista, cujos perfis familiares remodelavam-se.

METODOLOGIA, RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como compreendido por Norbert Elias em *O Processo Civilizador* (1990), através dos cuidados e controles do comportamento sugerem-se a gênese da subjetividade, e logo, tecem-se normas nas relações sociais cuja preocupação são as aparências. Embarcar na escolha do estudo referente aos manuais de conduta, concerne na implicação que estas fontes assumem nas instituições de cuidado e disciplina, e conseqüentemente, na gênese da subjetividade, interioridade e intimidade em detrimento às sociabilidades referentes à família em espaços públicos e privados.

Desta forma, no momento em que o termo família tem sido significado e mobilizado de diferentes maneiras no tempo presente, pretendemos observar como as transformações culturais ocorridas nas décadas de 50 e 60 modificaram a estrutura do modelo tradicional de família (nuclear) – e que permanecem modificando, pois o desejo de modernização alterou espaços físicos e comportamentos sociais. Haja vista que o incremento da vida urbana oferecia novas alternativas de convívio social, reorganizando as vivências familiares. Sendo assim, pesquisaremos quais as estratégias discursivas usadas para construir significados para a família nas décadas de 1950-60 e de que modo os corpos eram representados, dados a ler e alvos de uma certa pedagogia de acordo com as fontes.

10 MARIA, D. **Aprenda as Boas Maneiras**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1958, p. 7.

11 MARIA, D. op. cit.



Grande foi a importância dos manuais de conduta e continua tendo perante a historiografia, pois veiculava e internalizava àqueles considerados inadequados – pelos mais altos níveis da sociedade citadina – códigos de conduta referentes às boas maneiras. E a partir daí, poderem sentir o convite à liberdade da vida em público, poder olhar o outro de perto e poder conviver com este.

A família¹² composta por mãe, pai e filhos expõe diferentes formas de ações normatizadoras, levando-se em consideração as diferenças entre sexo, idade, posição social, enfim. Em virtude da necessidade da sociabilização e comunicação não só dentro do âmbito privado como também no público, manuais de códigos de conduta facilitavam e viabilizavam a compreensão e divulgação dos comportamentos compreendidos por eles como corretos para a sociedade citadina.¹³

Para tanto, “como são, em primeiro lugar, as superfícies visíveis do corpo e o olhar dos outros que oferecem seu código” (ELIAS, 1990: 249). Desta forma, Dora Maria expõe: “Visto que quem deseja causar boa impressão à primeira vista, deve conservar-se diariamente em bom aspecto geral – em casa ou na rua – como se a cada momento estivesse de ficar diante de pessoas a quem se desejasse causar boa impressão.” (1961:148) E ela complementa, “a ordem é coisa indispensável, tanto nas roupas, como na casa e, aliada ao asseio, fazem o milagre do mais pobre parecer mais rico, o mais feio apresentar-se mais belo” (op. cit., p. 148).

A respeito da “boa impressão”, enfatizado por Dora Maria, Richard Sennett (1999) identifica que os indivíduos “estavam se tornando atores mais sérios e menos expressivos do que seus antepassados” (1999: 241), de forma geral, a sociedade, para o advento da sociabilização, estavam convivendo através das aparências, que em um jogo de interpretações, a primeira impressão é a que fica, daí a necessidade da etiqueta e da beleza, pois como dito por Dora Maria “fazem o milagre” da interpretação desejável, mesmo que não corresponda com a realidade. Pois, na perspectiva da análise do discurso mais do que existir fora do discurso, a realidade é também constituída por ele. Não existe uma relação de transparência entre discurso e realidade, mas uma produção discursiva que torna visível uma determinada realidade, daí o conflito entre discursos diferentes que buscam dizer uma “verdade” sobre a realidade e afirmar a última palavra sobre ela.

As normas, assim como as aparências, da mesma forma que unem, segregam. Pois se a impressão causada não for a melhor, os indivíduos tendem a se separar. Porém, para além das interpretações, os códigos

12 Neste caso sugere-se o modelo de família nuclear, um modelo específico agenciado historicamente. Ver: FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

13 Em nenhum momento de nenhum dos três manuais aos quais temos em mãos, houve menção do homem que vive no ambiente rural.



de conduta quando compartilhados formam grupos sociais fechados, aos quais outros indivíduos só poderão ingressar se caso apresentarem a mesma interpretação desses códigos. Ou seja, tais grupos fechados segregam-se de outros grupos, que segregam de outros, enfim, a partir daí que se desenham as diferenças, e em consequência, estereótipos (SENNETT, 1999, 307).

O manual de conduta, de certa forma passa a exercer a função de um “professor” para a sociedade leitora e consumidora deste tipo de literatura, sob o viés de possuir novas leituras frente aos tipos de família formados. Que na intimidade dos arranjos familiares se desdobram manias, jeitos e trejeitos capazes de formalizar laços, intimidade. Que no ambiente externo são revertidos em vergonha, pudor e descrição, sabendo que a conduta e o código de conduta estão em movimento, mas o movimento é muito lento (ELIAS, 1990: 94).

Logo, a análise dos códigos de conduta na educação dos gestos nas subjetividades familiares em meados das décadas de 1950-60 ainda não foi feita por historiadores brasileiros que tomem essa problemática como eixo central. Os principais fios condutores desta pesquisa são os conceitos veiculados por Roger Chartier pertinentes a leitura e representação das fontes, pois na tessitura da história tais conceitos podem ser compreendidos como uma sequência em que o indivíduo leitor tem seu contato com a informação e dela faz ou não uso. Neste sentido, as normas e a educação dos gestos interiorizados ao longo do percurso de uma vida também podem ser apreendidos por meio de documentos e monumentos veiculadores de conhecimento, como manuais de conduta. Destarte, Chartier diz que:

Pensar deste modo as apropriações culturais permite também que não se considerem totalmente eficazes e radicalmente aculturante os textos ou as palavras que pretendem moldar os pensamentos e as condutas. As práticas que deles se apoderam são sempre criadoras de usos ou de representações que não são de forma alguma redutíveis à vontade dos produtores de discursos e de normas. O acto de leitura não pode de maneira nenhuma ser anulado no próprio texto, nem os comportamentos vividos nas interdições e nos preceitos que pretendem regulá-los. A aceitação das mensagens e dos modelos opera-se sempre através de ordenamentos, de desvios, de reempregos singulares que são o objecto fundamental da história cultural (2002: 136-137).

Ao lançar mão de um manual de conduta como fonte, pretende-se compreendê-lo como artefato cultural e histórico construído a partir de diferentes condições sociais, técnicas, operacionais e intencionalidades. Este tipo de fonte tem sido estudado por historiadores desde os anos 1970, o que constrói alternativas metodológicas importantes para o trabalho de análise a partir de historiadores como, os já citados, a Prof.^a Dr.^a Maria Teresa Santos Cunha (2006) e o Prof. Dr.



Flávio Carreiro de Santana (2013), assim como a Prof.^a Dr.^a Maria Cecília Barreto Amorim PiIla¹⁴ (2005), dentre outros.

Do ponto de vista metodológico foi operada uma escolha que consistiu na operacionalização das fontes a partir da análise da produção de discursos de boas maneiras sobre a família no momento de emergência das políticas públicas no Brasil, pois compreendemos que os discursos são capazes de fomentar suas falas, interiorizando-as. Como veremos nas falas subsequentes deste artigo.

Quanto à história, nada ela tem de linear ou lisa (FARGE, 2011: 82), ela é composta de desordens e descontinuidades, logo, tecida em “pedaços de sentido de irrupção intempestiva” (FARGE, idem: 83) e é devido a isso que deve ser analisada em seus detalhes, que conectados com outros elementos, apresentam diferenças que podem ser descritas, analisadas e problematizadas. Seguindo esta linha de pensamento, a família é uma instituição que atravessou e continua atravessando diversas mudanças no percurso da história, em uma tessitura de detalhes que a permeiam e a codificam.

Durante a década de 1950 (período entre guerras no mundo), era divulgado na mídia, revistas e filmes hollywoodianos¹⁵ uma imagem feminina quase aventureira, delimitando que a mulher podia tudo, inclusive atingir novos ritmos em suas vidas, visto que os homens estavam sendo recrutados para a guerra, essa figura feminina se fazia necessária em escritórios, fábricas, hospitais, dentre outros espaços.

A repercussão desses novos estilos de vida difundiam-se no Brasil, eram tempos de *desenvolvimento nacional* (progresso capitalista). Neste lugar da história, as famílias sentiam direta ou indiretamente essas configurações, pois as mulheres seguiam com mais vigor (apesar de gradualmente) o considerável aumento nos índices de escolaridade e no ingresso do mercado de trabalho, em virtude disso, o tempo a qual delimitavam para o ambiente do lar, assim como para a família, flexionava. Neste sentido o cotidiano dos filhos e dos maridos (quando houvessem) também modificavam, e funções antes delimitadas a cada perfil dos membros da família transformavam-se.

14 Professora adjunta ao Curso de Filosofia e Secretariado Executivo da PUCPR.

15 Ver LOURO, Guacira Lopes. O cinema como pedagogia. In: LOPES, Eliane Marta; FARIA FILHO, Luciano Mendes & VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 423-446.



Deste modo, podiam ser obtidas por meio dos manuais de conduta uma orientação para as novas modalidades das famílias. Em suma, esses manuais contêm mapas para um percurso (materializados em índices por assuntos, páginas numeradas, questionários, desenhos ilustrativos, modos de fazer, exemplos edificantes) que pretendem enraizar-se em uma cultura do gesto e do agir e podem valer como preciosos elementos de auxílio para “o entendimento de práticas culturais que contribuíram para a constituição do indivíduo moderno” (GOMES, 2004: 11). Práticas estas formadoras de padrões, sejam de beleza, comportamental, moral ou de asseio.

A família tecida em diversos discursos, significada e ressignificada de diferentes formas no tempo e sob transformações culturais constantes, fora representada nos manuais de conduta de diferentes modos. Por exemplo, para Raimundo Beach “a importância da família é proporcional ao lugar que ela ocupa na vida da humanidade e ao papel providencial que nela deve desempenhar” (1969: 13). Por se tratar de um livro cristão adventista, o discurso a qual se apropria Beach gira sempre em torno da teologia, logo, a representação da família acolhe significados de perpetuação dos ensinamentos bíblicos. Enquanto que Dora Maria lê a família como uma “comunidade formada por homem e mulher, unidos por laços matrimoniais e filhos nascidos desse casamento (...), portanto, das instituições, a mais respeitável, enquadrada dentro das leis, que lhes facultam o apoio extensivo a todos os seus membros” (1961: 12).

Dora Maria representa a família em um modelo nuclear, cujos contornos limitados se desenham em conselhos em prol desse perfil familiar, pois eram considerados pela autora “normais e naturais”. Raimundo Beach concorda com esse posicionamento e afirma que muitas vezes as instituições familiares assumem “formas que lhe eram estranhas e de se sujeitar à influência de regulamentos diversos em época, ou grau de civilização, os costumes ou o gênero da vida” (1969: 13). Isto porque, na época, passavam eles por sinuosas transformações nos espaços, assim como também nas sociabilidades, com o advento do progresso idealizado pelo Estado, novos ideais de família formavam-se, conseqüentemente a família nuclear específica perdia força em sua estrutura.

CONCLUSÃO

Normas e conselhos eram dados aos leitores na perspectiva de arrolar certos preceitos de condutas compreendidos como substanciais para um bom desenvolvimento em sociedade. Desta forma, é na família que se tem (ou deveria ter, segundo os manuais) as primeiras lições de higiene, educação e moral. Pois é no lar que ocorrem as primeiras memórias de sentidos e gestos de convivência. Dora Maria a esse respeito comenta: “Sua casa é seu campo de experiências sociais.



Seja cortês com todos os que nela residem e por ela transitam, quer sejam seus familiares, amigos ou empregados” (1961: 13). Nas experiências de cortesia na casa, se por acaso, errar alguma norma de conduta, se pode tentar novamente, pois há intimidade.

A família é responsável pelo gerenciamento dos interesses privados, cujo bom desempenho é fundamental para o progresso do Estado e da humanidade, neste panorama, as crianças, compreendidas como o futuro da nação pelo Estado, vivenciava em meados da primeira metade do século XX um desejo eugênico de “curar” a nação através da educação e da saúde¹⁶, portanto, detinham de maiores cuidados nos conselhos e normas empreendidos nos manuais de conduta, pois assegurarão o funcionamento econômico e a transmissão das subjetividades interiorizadas nos espaços privados e públicos.

A higiene também se fazia ressoar para os outros membros do lar através das normas, pois desta forma, perpetuariam e exemplificariam às crianças da família conselhos a despeito do asseio e do cuidado de si. Neste sentido, Vera Sterblitch (1958) em seu manual “O Que Toda a Dona de Casa Deve Saber” preocupa-se com a limpeza das mãos da senhora do lar, após todo um livro sobre como organizar e limpar a casa, Sterblitch indica alguns cuidados possíveis de se ter com as mãos durante o processo de asseio do lar, e se caso não forem tomados, ela remedia com algumas dicas para a limpeza das mãos e das unhas.

Os cuidados iam muito além dos corpos em si, a casa ilustrava o bom ou mal funcionamento da família, segundo Dora Maria o lar consiste no espelho da vida familiar. Desta forma, conselhos de como manter o lar sempre em boa aparência foram delineados em todos os manuais, porém Vera Sterblitch detêm-se muito mais a essa questão em especial. Tendo escrito seu manual direcionado às senhoras do lar, como ela mesmo denomina, utiliza de uma metodologia das técnicas de livros de culinária, ou seja, para cada ambiente que será limpo há um método para que isto seja feito (modo de preparo), mas antes há a explicação de ingredientes necessários, sendo estes muitas vezes bastante especificado. Por exemplo, para a limpeza de gorduras em tapetes:

Podem ser limpas com tetracloreto de carbono. Usam-se paninhos embebidos com o produto acima, devendo-se trocar o paninho sempre que ficar sujo. Pode-se também cobrir a mancha com talco e molhar com o tetracloreto de carbono e quando o talco estiver inteiramente sêco aspirar ou escovar; caso necessário, repetir. (STERBLITCH, 1961: 27)

16 A esse respeito, ver DÁVILA, Jerry. Diploma de Brancura. Política social racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: UNESP, 2006.



Os espaços eram lidos pelas suas relações de convivência e de pertencimento, na formação de identidades e de sociabilidades. Para tanto espaços públicos como privados haviam modos de agir, de falar, de olhar, enfim. Desta forma, os corpos, significados como agentes de propagação de saberes e gestos, ilustravam-se nos manuais através de textos narrativos, argumentativos, como também imagéticos. Os perfis familiares percebiam-se através da educação dos sentidos e gestos suas nuances e diferenças. A partir do olhar o outro era possível perceber diferenças e semelhanças que aproximavam e distanciavam esses perfis. Neste aspecto, os manuais de conduta operavam como

instrumentos diretos de “condicionamento ou modelação”, de adaptação do indivíduo a esses modos de comportamento que a estrutura e a situação da sociedade onde vive tornam necessários. E mostram ao mesmo tempo, através do que censuram e elogiam, a divergência entre o que era considerado, em épocas diferentes, maneiras boas ou más.” (ELIAS, 1990: 95)

REFERÊNCIAS

BEACH, Raimundo. **Nós e nossos filhos**. 2. ed. São Paulo: CASA PUBLICADORA BRASILEIRA, 1969.

CUNHA, M. T. S. **Tenha modos! Manuais de civilidade e etiqueta na Escola Normal (Anos 1920-1960)**. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006. Anais eletrônicos. Uberlândia: UFU, 2006. Disponível em: <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/29MariaTeresaSantosCunha.pdf>. Acesso em: 31/10/2015.

CHARTIER, Roger. **História Cultural**. Entre Práticas e Representações. 2. ed. Portugal: DIFEL, 2002.

_____. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: UNESP, 2004.

ELIAS, Nbert. **O processo civilizador**. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GOMES, A. C. (Org.) **Escrita de si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. O cinema como pedagogia. In: LOPES, Eliane Marta; FARIA FILHO, Luciano Mendes & VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ª ed. Belo



XII CONAGES
XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Horizonte: Autêntica, 2011.

MARIA, Dora. **Aprenda as Boas Maneiras**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1961.

OLIVEIRA, Marcus Tabor da (org.) **Sentidos e Sensibilidades**: sua educação na história. Curitiba: UFPR, 2014.

PILLA, M. C. B. A. **Manuais de civilidade**: Veículos de poder e urbanidade. In: XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina: UEL, 2005. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1390.pdf>>. Acesso em: 31/10/2015.

SANTANA, F. C. De & SOUSA, J. C. **Família e Civilidade no Código de Bom-Tom**. Revista Scire, Campina Grande, v. 1, n. 2, jul. 2013. Disponível em: <<http://www.revistascire.com.br/artigo/2013/JULHO/FAMILIA.pdf>>. Acesso em: 30/10/2015.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público**: as tiranias da intimidade. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

STERBLITCH, Vera. **O Que Toda a Dona de Casa Deve Saber**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1958.